

## BANCOS COMUNITÁRIOS, MOEDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: DA EXPERIÊNCIA PIONEIRA DO BANCO PALMAS (FORTALEZA-CE) AO MODELO DIFUSOR DO BANCO MUMBUCA (MARICÁ-RJ)

**Sandro Pereira Silva**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail*: <sandro.pereira@ipea.gov.br>.

**Camila Amaral Pereira**

Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea. *E-mail*: <camilaeconomia@outlook.com>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2843>

Recentemente, tem-se despontado no cenário federativo brasileiro um arranjo operacional inovador para a execução de políticas sociais e o fortalecimento da dinâmica socioeconômica local. Trata-se da inserção da temática das finanças solidárias na agenda governamental municipal, consubstanciada na criação de bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) e moedas sociais. Tais dispositivos atuam para a conformação de circuitos monetários complementares, restritos a um determinado espaço de circulação e tendo como base valorativa os princípios da economia solidária.

Os BCDs constituem modelos específicos de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos para a disponibilização de serviços financeiros e não financeiros apropriados às realidades locais, sobretudo em bairros e municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Estes contam com a circulação das chamadas moedas sociais, que são criadas e geridas pela comunidade para estimular a atividade econômica em seus limites territoriais. Desse modo, promovem dinâmicas endógenas de desenvolvimento e a formação de redes de cooperação.

Este estudo surgiu então com o propósito de analisar os principais elementos que determinaram a construção dessa relação de complementaridade entre uma prática organizacional desenvolvida originariamente sob a lógica comunitária e uma ação governamental mais abrangente. Para isso, o texto está ancorado na lógica de inserção da temática na agenda governamental a partir do estudo de casos em duas esferas federativas, e enfocam-se as potencialidades,

os limites e as tensões que tal processo pode revelar. No plano federal, a intenção foi verificar a relação entre a experiência pioneira do Banco Palmas – iniciada em 1998 – e o Poder Executivo, no âmbito da Política Nacional de Economia Solidária, para consolidar e expandir essa metodologia para outras localidades no país, além de fomentar a atuação em rede. No plano municipal, a opção foi abordar três experiências marcantes, ambas criadas com a participação do próprio Banco Palmas, que são: o Banco dos Cocais, em São João do Arraial/Piauí – criado em 2007 – e o Banco Capivari, em Silva Jardim/Rio de Janeiro – estabelecido em 2010 –, por serem responsáveis por inaugurar a relação institucionalizada entre BCDs e prefeituras; e o Banco Mumbuca, em Maricá/Rio de Janeiro – criado em 2013 –, que ampliou a escala de circulação de moeda social e tem se tornado um novo modelo difusor dessas experiências. Logo, ambos os casos considerados possuem aspectos relevantes para os objetivos desta pesquisa, cada um à sua maneira e com desdobramentos bem distintos.

Com base nos elementos analisados, foi possível identificar que essa temática tem se manifestado por meio de um arranjo inovador, orientado em torno de BCDs e moedas sociais enquanto dispositivos operacionais de políticas públicas, em especial no domínio municipal. Apesar de ainda pouco disseminada no território nacional, pode-se concluir que a inclusão das finanças solidárias na agenda governamental traz elementos relevantes de análise. Na esfera federal, observou-se uma articulação em rede, coordenada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)

# SUMEX

e executada pelo Instituto Palmas, com iniciativas registradas em quase todos os estados, embora muito diversas em suas estruturas.

Por sua vez, na esfera municipal, o que se constatou é que esse tipo de parceria pode ser acionado tanto na execução de programas sociais específicos quanto na difusão de uma estratégia de desenvolvimento endógeno. Isso porque a metodologia de BCD, da forma como vem sendo propagada, permite ampliar e fortalecer práticas socioeconômicas dispostas de forma difusa no território para que se tornem repostas efetivas às demandas locais. Com efeito, novas experiências aos moldes de Maricá vêm sendo difundidas em outros municípios brasileiros, de diferentes portes e estruturas administrativas e distintas estratégias de ação. São municípios de diferentes portes e estruturas administrativas, que vão desde Indiaroba, no interior de Sergipe, com pouco mais de 15 mil habitantes, a Niterói, cidade-polo do Rio de Janeiro, com mais de 500 mil habitantes.

Contudo, alguns limites e tensões puderam ser verificados, sobretudo em termos de incertezas quanto ao ciclo político-eleitoral na manutenção das parcerias firmadas, como ficou nítido tanto no plano federal, quando o fim da Senaes interrompeu um processo de disseminação e apoio a essas práticas, quanto no municipal, com a desativação do Banco Capivari após o pleito eleitoral de 2012.

Outro ponto a se problematizar é a expansão da rede via plataforma digital, à medida que novos BCDs sejam credenciados e, conseqüentemente, um volume maior de valores monetários e de difícil previsão passe a ser mobilizado pelos aparatos tecnológicos à disposição. Planejar a capacidade necessária para o crescimento sem comprometer sua segurança nem as características originais inerentes à metodologia de intervenção torna-se, nesse sentido, um grande desafio colocado aos gestores responsáveis.